

---

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

ALTERIDADE E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: O USO DA ETNOGRAFIA

**Bruno Dias Soares** (Universidade Federal de Lavras) - [bruno.dias.soares@hotmail.com](mailto:bruno.dias.soares@hotmail.com)  
*Mestrando em Administração*

**João Luis de Sousa** (Universidade Federal de Lavras) - [joaoluisds@gmail.com](mailto:joaoluisds@gmail.com)  
*Mestrando em Administração*

## 1. Introdução

Ainda que este seja um aspecto negligenciado – por deliberação ou ignorância –, por trás de toda e qualquer investigação científica há um fundamento filosófico (SILVA, 2006). Este fundamento irá, segundo Lewis e Grimes (1999), determinar a natureza do indivíduo ou fenômeno analisado (ontologia), o próprio conhecimento acerca deste fenômeno (epistemologia), assim como o modo pelo qual este conhecimento será apreendido (metodologia). Segundo Salm e Menegasso (2012), uma investigação que preze pelo rigor e pela cientificidade deve sempre deixar claro quais são esses fundamentos, de modo a garantir a coerência, a ética científica e a compreensão integral de seus resultados por parte dos leitores.

Dadas a complexidade e a multidimensionalidade da realidade pertencente ao campo organizacional, os fundamentos filosóficos que sustentam as abordagens ortodoxas positivistas, importados das Ciências Naturais, não conseguem, por si só, dar conta dos fenômenos *sui generis* deste campo (PAULA, 2014), fazendo com que o pesquisador produza resultados equivocados e até mesmo sofismas. Neste contexto, novas metodologias têm se apresentado como alternativas arrojadas de investigação, por possibilitarem novas leituras organizacionais e novos modos de se conceber e de se construir o conhecimento.

Uma destas abordagens é a Etnografia, estratégia proveniente da Antropologia, que se propõe a investigar realidades complexas, em seus significados mais profundos (ANDION; SERVA, 2010). Dentre suas características, uma das mais importantes e a que garante o seu rompimento com as abordagens positivistas é a compreensão da alteridade, conceito filosófico relacionado ao reconhecimento e à legitimação do outro enquanto sujeito único e autônomo, cuja a compreensão não é passível racionalização nem de alcance pleno (LÉVINAS, 1988).

Por ser uma abordagem de fundamentos filosóficos sofisticados e de implementação dispendiosa, é necessária disponibilidade, domínio e maturidade científica por parte do pesquisador que deseja adotá-la (ANDION; SERVA, 2010). No entanto, os pressupostos dos quais emerge a Etnografia permitem que, ainda que o pesquisador não utilize este método propriamente dito, ele se enriqueça enquanto cientista e compreenda de modo mais efetivo a realidade, podendo incorporar tais pressupostos a outras abordagens, resguardada a coerência filosófica. Defendendo a possibilidade desta incorporação, o presente trabalho visa responder a seguinte indagação: “De que modo as investigações etnográficas incorporam a questão da alteridade no processo de investigação científica, nos Estudos Organizacionais Brasileiros?”.

Este trabalho contribui para a busca pela resposta a esta indagação, almejando-se apresentar e fomentar tanto a utilização da abordagem etnográfica, quanto as possibilidades de incorporação da alteridade aos Estudos Organizacionais, de modo a colaborar com a construção e a consolidação das abordagens metodológicas qualitativas. Para alcançar os objetivos supracitados será realizada na primeira etapa desta pesquisa uma revisão de literatura nacional acerca do conceito de Alteridade em Emmanuel Lévinas, seguida de uma revisão de literatura sobre a abordagem metodológica etnográfica e, em seguida, uma revisão integrativa de literatura com trabalhos empíricos que utilizaram a abordagem etnográfica, na área dos Estudos Organizacionais Brasileiros. Em estudos posteriores, pretende-se dar continuidade à investigação internacional.

## 2. A Ética da Alteridade em Emmanuel Lévinas

O pensamento filosófico de Emmanuel Lévinas acerca da Alteridade representa o ápice de seu descontentamento e de sua contraposição à hegemonia filosófica ocidental, centralizada na ontologia do ser. Segundo o autor (LEVINAS, 1998), na busca pelo saber

filosófico, o homem estabeleceu concepções acerca de si mesmo, do outro e do mundo, transformando-as em fundamentos e coroando-as como *Logos*. Por meio desse *Logos*, ou seja, dessa essência prístina de todas as coisas, tornou-se possível, então, racionalizar a realidade, passando a ser este o único modo de apreendê-la e a única forma de perscrutar a verdade das coisas (LÉVINAS, 2003).

Como meio de desconstruir estas verdades absolutas que passaram a permear e a orientar a busca pelo saber e pelo conhecimento, Lévinas recorre à clássica dicotomia entre sujeito e objeto. Para ele, estando munido do poder totalizador do *Logos* e de sua capacidade inexorável de submeter a realidade e o outro ao seu pensamento e aos seus métodos, o homem provocou, em último grau, a homogeneização de tudo, por meio do conceito e do dogma (LÉVINAS, 1988). A lógica do saber parte daquilo que existe de pré-determinado na consciência (*logos*) e molda o outro e a realidade conforme essas preconcepções, de modo que o homem “não consegue compreender antes de identificar” (FARIAS, p.22). Nesta relação, o objeto (ou o Outro) é apenas a confirmação ou a corroboração do que já existe na consciência do sujeito (ou o Eu).

A reviravolta proposta por Lévinas destrona o Eu de sua onipotência sobre o Outro, e retorna o protagonismo do saber para o Outro, por meio da chamada “Substituição” (LÉVINAS, 1981). O sujeito adquire, então, uma natureza transcendental, visto que não há mais sentido nele mesmo, sendo necessário encontrar tal sentido no outro: “O pensamento não pensa a si sem a exterioridade do mundo, das coisas e dos outros” (MELO, 2015 p. 707). Somente a partir dessa exterioridade, a partir do Outro, o Eu pode acessar o mundo. De tal forma, abandona-se a ideia da existência de uma ontologia – essência fundamental da natureza humana, determinada pelo Eu – passando-se a contemplar o Outro por meio dele próprio, sem mediações ou obstáculos, sem moldes que o delimitem antes mesmo de que o Eu possa tentar alcançá-lo, sem o intermédio do *Logos*, a denominada “Via Curta do Saber Outramente” (LÉVINAS, 2003). Ao emancipar o Eu da ontologia e do *Logos*, o exercício da alteridade institui a Ética como filosofia primeira, como ato que precede todo saber, a Ética da Alteridade, a “(...) relação face a face, relação que precede toda e qualquer possibilidade de elaboração teórica” (MELO, 2015, p. 717).

No entanto, o acesso ao mundo e ao Outro não é um acesso integral, não é algo passível de redução ou tematização (LÉVINAS, 2009). O Outro não é definitivo, o que incomoda e desafia a necessidade de certezas e de conclusões que uma consciência povoada pela lógica ortodoxa possui, e que na alteridade não encontra resposta (FARIAS, 2008), uma vez que, segundo Souza (2001, p. 395), a alteridade promove a “desarticulação da ideia de certeza”, pois o que se descobre através do olhar do outro “é mais que uma representação, é o vestígio do irrepresentável, modo de ser do infinito” (LÉVINAS, 1981, p.116-117, tradução nossa), aquilo que não é passível de ser comprimido em uma ideia (MELO, 2015).

O exercício da Alteridade é, portanto, a abertura para o infinito, para o reconhecimento do infinito que se manifesta no Outro (LÉVINAS, 2009). E se o outro é infinito, ele jamais será plenamente apreendido, pois “há uma desproporção entre o ato e aquilo a que o ato dá acesso” (LÉVINAS, 1988, p. 79), sendo tal consciência fundamental para o sujeito, uma vez que ela também faz parte da ética intrínseca a alteridade, ou seja, a consciência de que o outro jamais será alcançado em sua plenitude, sendo a experiência da alteridade um compromisso constante e irrevogável, um perene estado de busca e de alerta, um verbo que só existe enquanto conjugado, sendo necessário um indelével desejo pelo pensar além do que é pensado. (LÉVINAS, 1998).

Ora, mas ao abandonar a lógica sofista da Filosofia Clássica – ancorada no *Logos* e na Ontologia – e adotar a ideia da possibilidade de uma pureza teórica ou da imparcialidade integral do indivíduo, que possibilitaria o acesso sem mediação ao outro – ou, em termos teóricos, a Via Curta Do Saber Outramente –, o pensamento levinasiano não estaria

incorrendo também em um sofisma? É importante compreender, que Lévinas (ibidem) deixa claro que a Ética da Alteridade não é uma qualidade do indivíduo, mas um exercício colocado em prática. Um exercício paradoxalmente inalcançável, tanto no que tange à imparcialidade do “Eu” quanto no que diz respeito ao alcance do “Outro” (LÉVINAS, 2003). Este paradoxo, apesar da aparente aporia gerada, não refuta a Ética da Alteridade, uma vez que ela não visa negá-lo, mas faz exatamente o contrário: admite sua existência, algo abstraído pela ortodoxia filosófica (LÉVINAS, 2001). Segundo Farias (2008, p.18), “O exercício da alteridade não é a representação da condição humana, mas de sua (in)condição”, sendo esta incapacidade inerente e irrevogável do diálogo do Eu com o Outro, de modo que “Não é possível pensar aí senão a verbalidade pura, a inquietação do não-lugar – utopia do humano”, onde “a utopia não é uma realidade sem lugar, mas a realidade do não-lugar” (ibid, p. 19).

Sendo assim, ainda que seja humanamente impossível neutralizar-se diante do Outro, ou realizar uma leitura do Outro livre de qualquer pré-desígnio do Eu, a Ética da Alteridade deve ser, mais que uma certeza, um compromisso do filósofo e do cientista, para que as investigações não tornem a realidade refém de teorias ou conceitos anteriores, que apenas a enquadram no que já foi estabelecido, colocando o pesquisador no repouso tranquilo da razão, e eximindo-o do esforço de investigar a realidade em sua complexidade e suas contradições não racionalizável. A sessão, a seguir, apresentará a abordagem metodológica etnográfica como um caminho possível para o exercício da alteridade e para a perseguição inalcançável do outro.

### **3. A Abordagem Etnográfica.**

Assim como a Ética da Alteridade surge em contraposição à hegemonia clássica no fazer filosófico, também a Etnografia surge, segundo Laplatine (1996), no campo da Antropologia, como uma alternativa que se opõe a hegemonia positivista no fazer científico. O foco do embate é o mesmo: o abandono da racionalização exacerbada, da separação entre sujeito e objeto, do predomínio da objetividade, do culto ao cálculo, da ciência compreendida como domínio e subjugação da natureza por parte do homem, da busca por leis, dogmas e lógicas, e todos os demais pressupostos que formam este aparato gerador de certezas artificiais e ilusórias (ANDION; SERVA, 2010). Todas essas exigências inerentes às Ciências Naturais repousam sobre as Ciências Sociais, submetendo-as a um rigor não condizente com sua natureza, o que faz dela – de suas aplicações e dos Estudos Organizacionais – um campo historicamente contestado (REED, 1998), e que para gozar de prestígio e reconhecimento, muitas vezes abdica de sua própria complexidade, o que reflete-se nas metodologias científicas utilizadas.

Muito mais que uma ferramenta metodológica estática, a Etnografia se apresenta como uma estratégia integral de pesquisa e postura epistemológica, que visa estabelecer novos lugares conceituais, teóricos e metodológicos e a romper com a simplificação irresponsável da realidade e com o abismo existente entre sujeito e objeto, presente no modelo positivista (ANDION; SERVA, 2010). Para esta abordagem, a epistemologia e a metodologia se intrincam, de modo que é através do próprio processo de pesquisa – e não por meio do engessamento metodológico – que o pesquisador legitima a construção do conhecimento (FONSECA, 1999). Tal construção é realizada por meio de uma descrição densa da realidade investigada (GEERTZ, 1989), o que só é possível por meio do contato direto e imediato com o fenômeno e com os sujeitos, fruto da imersão consciente do pesquisador no universo do fenômeno investigado (CAVEDON; LENGELER, 2005). Sendo assim, o pesquisador deixa de ser apenas um observador alheio à realidade que pesquisa, e passa a ser parte desta realidade, de modo a perceber e a vivenciar os significados e a cultura compartilhados pela

intersubjetividade do grupo, no exercício de suas práticas, de forma que o fazer científico seja, sobretudo, hermenêutico (VIEIRA; RIVERA, 2012).

Segundo Andion e Serva (2010), a Etnografia se desenvolve por meio de três momentos genéricos: (i) o estabelecimento do campo temático, (ii) a realização do trabalho de campo e (iii) a confecção do texto etnográfico. Conforme os autores, na definição do campo temático o pesquisador deve estar munido de conhecimento sobre o tema, tanto o decorrente da Literatura, quanto o do amadurecimento científico de sua própria trajetória. Tal conhecimento, deve orientar o pesquisador e possibilitar a problematização da realidade, mas jamais justificar o engessamento da realidade, que deve ser percebida por meio dela mesma (FONSECA, 1999).

Já no trabalho de campo, Andion e Serva (2010) defendem que o pesquisador desempenhe a chamada postura de investigação implicada, ou seja, uma postura assentada na alteridade, a fim de que a compreensão do fenômeno seja fruto, ao mesmo tempo, das percepções do pesquisador e do pesquisado, para não cair na armadilha de encontrar o que já se esperava, mas de perseguir as suas variações e idiosincrasias. Trata-se, segundo Cavedon e Lengler (2005), de enxergar por meio dos olhos do outro, o que requer profunda sensibilidade e empatia. É indicado que, para tal, ocorra a observação participante, e que o pesquisador registre todas as suas percepções em um diário de campo, ferramenta imprescindível à abordagem etnográfica (Ibiden).

Por fim, a confecção do texto etnográfico é o momento crucial no qual o pesquisador irá apresentar ao seu leitor a realidade que lhe foi revelada. Se antes era preciso enxergar com os olhos do outro, agora torna-se imprescindível fazer com que o outro enxergue com os seus (LAPLATINE, 1996). Para Fonseca (1999), é necessário a elaboração das ressignificações, novas construções conceituais e novas interpretações, de modo a mobilizar o imaginário por meio da narração, e a elaborar o saber por meio da descrição, tanto dos elementos objetivos quanto subjetivos do fenômeno (VIEIRA; RIVERA, 2012).

Nenhum desses momentos é sistematizado, e nem deveria ser, uma vez que o método visa exatamente romper com a incoerência da racionalização. No entanto, os “cuidados” ou conselhos apresentados por esses diversos autores possibilitam a garantia do rigor e auxiliam no processo de investigação e de tentativa de descoberta profunda do fenômeno investigado. A alteridade está presente em cada um deles e é, na visão dos autores deste trabalho, exercício elementar e vital à abordagem etnográfica.

#### **4. Percurso Metodológico**

A abordagem utilizada nesta investigação é de natureza qualitativa. Devido ao perfil de seus objetivos. Para que se construam os resultados, será utilizada uma abordagem descritivo-exploratória. Quanto aos meios adotados para se alcançar esta proposta, optou-se pela Revisão Integrativa de literatura.

Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), a revisão Sistemática de Literatura é composta por um conjunto de técnicas e etapas explícitas e pré-determinadas, na qual, a partir de uma pergunta de pesquisa, o pesquisador avalia criticamente os trabalhos levantados. Ela visa, conforme Broome (2006), resgatar a trajetória da literatura de um tema, a fim de ampliar o entendimento de um fenômeno específico que a literatura sobre este tema aborda. Whitemore e Knalf (2005) elucidam que, assim como preconiza o próprio nome do método, ao permitir a integração do conhecimento gerado por vários autores, é possível gerar novas teorias. Ela é constituída por quatro etapas: (i) Identificação do tema e da pergunta de pesquisa, (ii) estabelecimento de critérios para a inclusão e exclusão de estudos, (iii) identificação dos estudos pré-selecionados, (iv) categorização dos estudos selecionados, (v)

análise e interpretação dos resultados, (vi) confecção da síntese do conhecimento. (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011)

O tema desta análise foi a alteridade em Estudos Organizacionais Brasileiros, e a pergunta que a norteou foi: “De que maneira a questão da alteridade tem sido abordada por pesquisadores que utilizam como abordagem metodológica a Etnografia?” (**Etapa I**). Para realizar a busca dos artigos que compõem o escopo desta revisão foram utilizados como fontes de dados o repositório de artigos científicos Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL). Por meio dos mecanismos de pesquisa do próprio repositório, foram realizadas pesquisas com as seguintes palavras-chave: Etnografia, Etnográfico e Etnográfica, entre janeiro de 2010 e dezembro de 2017, apenas para artigos em língua portuguesa, das áreas de Administração e Administração Pública e provenientes de periódicos com qualificação Qualis Capes B1 e A2 (Quadriênio 2013 – 2016). A pesquisa englobou os títulos, os resumos e as palavras-chave, chegando a um número final de 70 artigos.

Ao iniciar a identificação dos estudos pré-selecionados, foram identificados 14 artigos repetidos, sendo estes excluídos da seleção. Em seguida iniciou-se a leitura dos 54 artigos que restaram. A estratégia inicial estabelecida pelos pesquisadores foi a de analisar apenas os títulos, resumos e as sessões referentes aos procedimentos metodológicos de cada um dos trabalhos, no entanto, devido ao fato de que a abordagem etnográfica não segue a mesma lógica de construção dos trabalhos tradicionais, e de que, na maioria das vezes, a metodologia é construída de modo imbricado com os resultados, optou-se pela leitura integral dos trabalhos.

Foram excluídos do elenco aqueles trabalhos que utilizaram variantes da abordagem etnográfica, tais como a “Etnografia Corporificada” (1), “Netnografia” (4) e “Etnografia da comunicação” (5). Além destes trabalhos, também foram excluídos estudos que continham o termo “etnografia” em seus resumos, mas como resultado ou indicação de pesquisa, e não como método ou objeto de investigação propriamente ditos (3). Foram identificados também artigos teóricos (3) e uma bibliometria sobre o tema (1), que também foram excluídos da seleção a ser analisada, porém utilizados no referencial teórico. Uma vez que o objetivo deste artigo não é analisar o rigor metodológico dos trabalhos, foram mantidos todos os trabalhos que cumpriram dois requisitos básicos: (i) apresentar a abordagem etnográfica em suas sessões metodológicas, e (ii) apresentaram resultados no estilo de relato etnográfico (**Etapa II**). Após todas estas delimitações, chegou-se ao número final de 37 artigos (**Etapa III**). Na próxima sessão, eles serão categorizados (**Etapa IV**) e analisados (**Etapa V**), de modo a gerar, por fim, a síntese do conhecimento (**Etapa VI**).

## **5. Revisão Integrativa: Alteridade e Estudos Etnográficos.**

A leitura e a análise dos artigos 37 artigos possibilitou o agrupamento dos mesmos em algumas categorias que emergiram no processo de categorização. Os trabalhos não serão referenciados, por limitação espacial. Tais categorias refletem a combinação entre o objeto dos trabalhos, em si, e a relação dos mesmos com a Alteridade, não esgotando sua temática: Relações de Trabalho (5), Cultura (6); Cultura Organizacional (5), Psicologia Organizacional (6), Socialização e Intersubjetividade (7), Consumo (3) e alguns trabalhos não categorizados (5).

A categoria “**Relações de Trabalho**” é formada por trabalhos referentes às mudanças relações de poder diante de mudanças tecnológicas, à integração de trabalhadores novatos ao espaço organizacional, às relações simbólicas na organização, à transmissão de conhecimento entre profissionais, à relação entre chefes e subordinados e às tramas políticas e emocionais relacionadas ao trabalho. Os trabalhos sobre “**Cultura**” abordam assuntos como a relação da transformação e da transmissão cultural, a relação dialética entre cultura global e local, por

meio do mercado, a postura de resistência de grupos culturais, a cultura nos espaços intermediários e a relação da cultura com as sociabilidades. Em “**Cultura Organizacional**”, os trabalhos tratam dos seguintes temas: aspectos simbólicos do processo decisório, treinamento de trabalhadores e a cultura organizacional percebida a partir de atividades informais nas organizações.

Já na categoria de “**Psicologia Organizacional**”, os temas relacionados foram situações chocantes de violência, saúde mental e qualidade de vida de profissionais da área da segurança pública, motivação no trabalho e qualidade de vida no trabalho. Em “**Socialização e Intersubjetividade**”, os trabalhos abordam a socialização no processo de inclusão digital, a dimensão identitária de feiras hippies, elementos anarquistas no cotidiano organizacional, representações sociais em espaços organizacionais, relações socializadoras e significados decorrentes do pertencimento a uma organização e os elementos físico-simbólicos organizacionais. Os trabalhos sobre “**Consumo**” investigam a expressão de identidades por meio do consumo, a experiência de consumo de deficientes físicos e a experiência de consumo de colecionadores. Alguns dos trabalhos analisados não foram passíveis de agrupamento. Eles abordam a percepção de indivíduos sobre a responsabilidade social empresarial, relações estado-sociedade em políticas públicas, costumes e práticas socioeconômicas e o cotidiano organizacional. A partir destas categorias e de seus conteúdos, é possível tecer algumas considerações sobre a utilização do método Etnográfico e de sua relação com o exercício da Alteridade do fazer científico, assim como os elementos que, juntos Etnografia e Alteridade permitem alcançar.

Todos os trabalhos analisados abordaram problemáticas que, devido a sua natureza, dificilmente poderiam ser compreendidas ou abordadas por metodologias positivistas ou que não levassem em conta o exercício da alteridade. Tal colocação se justifica na seguinte constatação: apesar de representar uma categoria temática específica, o **Fenômeno Cultural** é um tema intrínseco a todos os trabalhos e permeia todas estas investigações, em maior ou menor grau, sendo ela o principal caminho para a compreensão dos problemas e para a construção das investigações, uma vez que ela revela os aspectos e os fundamentos que norteiam as relações e que dão significados a ação e a não ação dos indivíduos. O que é coerente, em termos metodológicos, com a própria gênese da abordagem etnográfica, que repousa nos estudos antropológicos sobre a cultura (LAPLATINE, 1996), assim como, em termos filosóficos, com a Ética da Alteridade, uma vez que compreender uma cultura não é possível senão pelo caminho da alteridade que reconhece o outro como um universo distinto e digno de ser conhecido, a partir dele e não a partir do Eu (LÉVINAS, 1998).

A cultura é um fenômeno predominantemente endógeno, fruto de uma trajetória. Isto não significa que ela não pode ser apreendida por meio de elementos visíveis ou endógenos, o que foi perceptível em vários trabalhos que levaram em conta coisas, objetos, lugares e até não-lugares como elementos culturais. No entanto, por meio da abordagem etnográfica e da abertura ao outro, possibilitada pela alteridade, é possível ter uma visão orgânica da cultura. O fenômeno cultural é visto vivo, em movimento, em sua transformação e em sua resistência, alguns objetos e documentos, por si só, não dão conta de explicar, nem a observação separada e distante, mas que somente por meio da vivência, da relação e da observação das relações é possível se aproximar (LÉVINAS, 1988).

Uma outra consideração sobre Etnografia e Alteridade diz respeito aos **Significados Compartilhados**, um dos principais alvos da Etnografia (ANDION, SERVA, 2010). Tal elemento é de complexa percepção e compreensão, uma vez que ele possui raízes tão profundas na intersubjetividade de um grupo, que, muitas vezes, nem os próprios indivíduos que fazem parte do grupo possuem consciência dos mesmos, apesar de se orientarem por meio deles. A estes significados estão relacionadas as estruturas de poder, os simbolismos e o jogo de interesses presente em uma organização, o que permite a compreensão do modo de ser

organizacional, das maneiras e dos porquês relacionados a como os indivíduos se comportam, se relacionam e se influenciam.

Estes significados desaguam em outro elemento que a Etnografia e a Alteridade dão acesso: a **Organização Informal**. Por mais que as organizações, sejam elas burocráticas, ou não, busquem controlar suas estruturas e o comportamento dos seus membros, a realidade organizacional é efetivamente determinada pela relação dialética entre as formalidades e as informalidades lá existentes. Até mesmo por uma necessidade de sobrevivência, as informalidades são, na maior parte das vezes, mantidas na esfera oculta e subjetiva, sendo capazes de determinar mais a identidade dos indivíduos, que a própria organização formal. Mais uma vez, perceber este fenômeno requer profundidade, requer mergulho e participação no grupo, e predisposição à descoberta da efetiva lógica organizacional, que só pode ser acessada por meio do Outro, do Outro do qual emana esta lógica.

O último elemento observado é a **Experiência Individual**. Investigações que, em algum grau, necessitam da compreensão da experiência dos indivíduos, seja para analisar a experiência em si, ou algum fenômeno e organização, por meio dela, certamente encontraram um caminho profícuo na utilização da Etnografia e da Ética da Alteridade, devido ao acesso à subjetividade e ao universo do Outro, por elas possibilitado. Vivências, motivação, traumas, sensações, prazeres, necessidades, etc., só podem ser genuinamente levantados por meio do próprio indivíduo, e o ‘fazer parte’ da Etnografia e o ‘sentir pelo outro’ da Alteridade possibilitam perscrutar o Outro não apenas por meio de indagações, mas por meio da vivência em conjunto e daquilo que não é dito.

O fator ético no exercício científico, inerente à Alteridade foi percebido em todos os trabalhos, no que diz respeito ao esforço em compreender os fenômenos, as organizações e o Outro por meio da própria realidade e contexto que eles apresentam. Há menos amarras teóricas ou tentativas de enquadrar os resultados das investigações na teoria utilizada, o que influencia, inclusive, no formato dos textos, retirando o protagonismo do referencial teórico e que, fugindo ao estilo formal científico, usa a primeira pessoa na apresentação das análises, visando deixar clara a presença do pesquisador na pesquisa e na construção do conhecimento.

Talvez por ancorar-se especialmente em aspetos subjetivos – característica de trabalhos críticos – quase a totalidade dos trabalhos tem como objeto de estudo organizações não caracterizadas como empresas ou como empresas não tradicionais, uma vez que apenas um dos trabalhos foi realizado em uma empresa tradicional. Apesar de as investigações não concentrarem-se diretamente em temas funcionalistas ou em elementos produtivos da organização, tais trabalhos demonstram que a Etnografia pode ser uma ferramenta auspiciosa, inclusive para trabalhos desta natureza, ao gerar um rico e profundo conhecimento organizacional, tanto em seu âmbito interno, quanto em sua relação com seus *stakeholders*, visto que todos os processos organizacionais estão sempre imersos na cultura.

## 6. Considerações Finais

A análise dos artigos selecionados para esta pesquisa, que objetivou verificar de que modo as investigações etnográficas incorporam a questão da alteridade no processo de investigação científica, nos Estudos Organizacionais, permitiu concluir, por meio do recorte desta pesquisa, que tais investigações desdobram-se sobre seguintes temas: Relações de Trabalho, Cultura, Cultura Organizacional, Psicologia Organizacional, Socialização e Intersubjetividade, Consumo e alguns temas não categorizados, de modo que o exercício da Alteridade está relacionado especialmente à apreensão dos seguintes elementos: Fenômeno Cultural, Significados Compartilhados, Organização Informal e Experiência Individual. De tal forma, foi constatado, tanto por meio da argumentação teórica, quanto por meio da revisão integrativa, que a abordagem etnográfica tem como elemento fundamental a alteridade, dada a

importância da subjetividade e dos significados que emergem do universo do outro, durante o processo de construção do conhecimento.

Não se defende, neste trabalho, a utilização cega de pressupostos relacionados à Alteridade, uma vez que eles podem facilmente entrar em contradição com diversas metodologias, especialmente as positivistas, nem que Alteridade e Etnografia sejam exercícios inseparáveis ou absolutamente concordantes. Etnografia não se encontra ancorada no pensamento levinasiano e nem consiste em uma tentativa de sistematizar, em forma de método, a Ética da Alteridade, algo que não seria possível, conforme esclarece a sessão introdutória. Acredita-se, no entanto, que, de um lado, a Etnografia é um caminho possível para se exercer a Alteridade no fazer científico e, de outro, a Ética da Alteridade aproxima o pesquisador daquilo que preza a abordagem etnográfica.

Apesar de não ter sido o objetivo desta investigação analisar o rigor e a qualidade metodológica dos trabalhos, percebeu-se que muitos dos trabalhos abordam infimamente o método Etnográfico, em si, e pecam por não esclarecerem melhor os aspectos operacionais da metodologia, o que compromete a compreensão e a contundência de seus resultados. Da mesma forma, acredita-se ser necessário o esforço de pessoalizar os resultados, visto que é elemento fundamental da Etnografia a participação explícita do pesquisador, e alguns trabalhos impessoalizam, inclusive os relatos decorrentes do diário de campo. Além da ampliação do recorte que este trabalho realizou, incluindo a revisão internacional, sugere-se como agenda de pesquisa a investigação da relação da Alteridade com outras abordagens metodológicas qualitativas, assim como, a possibilidade de uso da Etnografia e da Alteridade vinculadas a estudos funcionalistas, como já ocorre no Marketing.

## Referências

- ANDION, C.; SERVA, M. A etnografia e os estudos organizacionais. In: GODOY, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 145-179.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
- BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B. L.; CASTRO, A. A. Revisão sistemática e meta-análise. 2006.
- FARIAS, A. B. de. A anarquia imemorial do mundo—Levinas e a ética da substituição. **Veritas (Porto Alegre)**, v. 53, n. 2. 2008
- FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, p. 58-78, Jan.-Abr. 1999
- LAPLATINE, F. A Descrição Etnográfica. São Paulo: Terceira Margem. 1996
- LÉVINAS, E. Da existência ao existente (1947). **SP: Papyrus**, 1998.
- \_\_\_\_\_. De Deus que vem à ideia. Petrópolis: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Otherwise than being or beyond essence**. Springer Science & Business Media, 1981.
- \_\_\_\_\_. O humanismo do outro homem. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. Quatro leituras talmúdicas. Trad. Fábio Landa. 2003
- \_\_\_\_\_. Totalidade e infinito. Lisboa: Edições 70, 1988.
- LEWIS, M. W. GRIMES, A. J. "Metatriangulation: Building Theory from Multiple Paradigms." *The Academy of Management Review*, v 24, no. 4 (1999): 672-90.
- MELO, N. V. Da desconstrução do logos à via curta do Saber outramente. **Educação e Filosofia**, v. 29, n. 58, p. 703-724, 2015.

- PAULA, A. P. Para Além dos Paradigmas nos Estudos Organizacionais: O Círculo das Matrizes Epistemológicas. In: Anais do V Colóquio Internacional de Epistemologia e sociologia da Ciência da Administração, Florianópolis, 2014 p.1-18.
- REED, Michael. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. **Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas**, v. 1, p. 61-98, 1998.
- SALM, J. F. MENEGASSO, M.E. O curso de Administração Pública em Tempos de Coprodução do Bem Público e de Governança Pública: Proposição e Referências. In: Encontro Nacional de Administração Pública e Governança. Salvador. 2012. Anais.
- SILVA, A. B. Perspectiva multiparidigmática nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2006, Cap. 2 p.53-87.
- SOUZA, M. M. Pós-modernidade e etnografia nas organizações - (Neusa Rolita Cavedon e Jorge Francisco Bertinetti Lengler (Orgs.) 177-177p. 2006.
- SOUZA, R. T., Fenomenologia e metafenomenologia: substituição e sentido – sobre o tema da substituição no pensamento de Lévinas. In: SOUZA, R. T. e OLIVEIRA, N. F. (Org.). *Fenomenologia hoje: existência, ser e sentido no limiar do século XXI*. Porto Alegre: EDIPUCRGS, 2001.
- VIEIRA, A. M.; RIVERA, D. P. B. A Hermenêutica no Campo Organizacional: duas possibilidades interpretativistas de pesquisa. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 14, n. 44, p. 261-273, 2012
- WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, Dec. 2005.